

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.849 - CH (2019/0244207-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DE LA REPÚBLICA E CANTÃO DE GENEBRA**
INTERES. : **FLAVIO DE SOUZA**
ADVOGADO : **GUILHERME CARLOS DE FREITAS BRAVO E OUTRO(S) - MG100948**
A.CENTRAL : **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça suíça solicita que se proceda à intimação do interessado de decisão condenatória por violação grave das regras do tráfego rodoviário (fls. 19-22).

O interessado foi intimado e apresentou impugnação às fls. 36-41. Requereu a aplicação da excludente da culpabilidade e, subsidiariamente, a redução da multa imposta pelo Juízo rogante.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem e pela devolução dos autos ao Juízo rogante ante a consumação do objeto desta comissão (fl. 44).

É o relatório. Decido.

Não merecem prosperar os argumentos apresentados na impugnação de fls. 36-41.

A manifestação da parte interessada ultrapassa os limites do juízo de delibação em carta rogatória, pois submete ao STJ matéria (causa de exclusão de culpabilidade) da qual somente a Justiça rogante pode conhecer. Conforme previsto no art. 216-Q do RISTJ, a defesa somente poderá versar sobre a autenticidade dos documentos, a inteligência da decisão e a observância dos requisitos previstos no normativo.

Nesse ponto, o Ministério Público Federal ressalta que o interessado, em sua impugnação, "discorreu sobre questões que dizem respeito ao mérito da decisão objeto da diligência requerida" (fl. 44).

No mais, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com

Superior Tribunal de Justiça

fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Diante do êxito na intimação do interessado, que inclusive apresentou impugnação às fls. 36-41, considero consumado o objeto da comissão, sendo desnecessária a remessa dos autos à Justiça Federal.

Assim, **determino a devolução dos autos à Justiça rogante** (art. 216-X do RISTJ) **após o trânsito em julgado, por intermédio da autoridade central competente**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente